

PESQUISA COMPARADA EM EDUCAÇÃO: construindo significados a partir de questões teórico- metodológicas

Denice do Socorro Lopes Brito

RESUMO

Nesse artigo, pretendemos refletirmos sobre a trajetória da Educação Comparada, sua história e suas questões teórico- metodológicas. Outrossim, pensarmos também suas limitações e potencialidades, os avanços nos debates que afetam melhorias sociais e educacionais, bem como as abordagens que possibilitam efetivação de estudos comparados que se posicionem criticamente frente às demandas contemporâneas da pesquisa e das políticas públicas em educação. Para realização desse estudo, é necessário uma pesquisa bibliográfica onde buscamos nos ancorar em autores como FERREIRA(2001, 2008), FRANCO (2000), NÓVOA(2009), dentre outros que contribuíram com nossas reflexões. Inferimos que a Educação Comparada se caracteriza pela não uniformidade nas técnicas metodológicas que denota a compreensão do seu aspecto multifacetado e pluridisciplinar de investigação, sendo assim abre-se às novas possibilidades interpretativas, reconceitualizando as relações espaço tempo numa perspectiva pluridisciplinar e complexa, pois envolve-se em várias áreas das ciências como a história, sociologia, economia e ciências da educação. Nesse aspecto colaborativo entre as ciências sociais, os estudos comparados buscam ocupar seu espaço para além de uma metodologia própria, dependendo para essa definição do objeto específico de estudo a ser investigado.

PALAVRAS- CHAVE: EDUCAÇÃO COMPARADA - ESTUDOS COMPARADOS – EDUCAÇÃO - GLOBALIZAÇÃO

- Introdução

A busca por conhecimentos diversos e as diferentes soluções que encontramos pra nossos problemas, fazendo analogias e comparações são ações inerentes a evolução do pensamento humano, portanto presentes na construção e na relação com o conhecimento.

A comparação perpassa pelos sujeitos sociais e suas relações sociais desde a antiguidade, porém, somente em tempos recentes na História é que ela foi sendo organizada e utilizada em estudos de forma sistemática. No momento atual, num contexto histórico de globalização econômica e cultural em que a expansão escolar e o conhecimento científico se constituem como essenciais ao desenvolvimento e progresso dos países a Educação Comparada se afirma, no sentido de possibilitar reformas educativas mais fundamentadas. (FERREIRA, 2008).

Sendo assim, o discurso do reconhecimento do outro, suas potencialidades, suas diferenças e possibilidades de olhar para si e ressignificar-se a partir do outro; passa a ser temática importante, pois abarca questões como respeito à diversidade, às minorias na tentativa de dar vozes aos grupos sociais historicamente silenciados. Partindo desse contexto, a Educação Comparada em seus estudos enfatiza a necessidade de compreensão de determinadas situações encontradas tendo o outro como nosso interlocutor nesse processo de investigação.

Nesse artigo, pretendemos refletir sobre a trajetória da Educação Comparada, sua história e suas questões teórico- metodológicas. Outrossim, pensarmos também suas limitações e potencialidades, os avanços nos debates que afetam melhorias sociais e educacionais, bem como as abordagens que possibilitam efetivação de estudos comparados que se posicionem criticamente frente às demandas contemporâneas da pesquisa e das políticas públicas em educação.

A Educação Comparada se caracteriza pela não uniformidade nas técnicas metodológicas que denota a compreensão do seu aspecto multifacetado e pluridisciplinar de investigação, sendo assim abre-se às novas possibilidades interpretativas, reconceitualizando as relações espaço tempo numa perspectiva pluridisciplinar e complexa, pois envolve-se em várias áreas das ciências como a

história, sociologia, economia e ciências da educação. Nesse aspecto colaborativo entre as ciências sociais, os estudos comparados buscam ocupar seu espaço para além de uma metodologia própria, dependendo para essa definição do objeto específico de estudo a ser investigado.

Atualmente, cresce o número de estudos comparados em educação, tendo em vista o fato da educação ser considerada como fator importante para os novos paradigmas desenvolvimentista que perpassam pelos processos de globalização econômica e cultural com novas concepções educativas associadas às novas regulações das políticas públicas.

Nessa direção, Ferreira(2008), argumenta que diante dessa realidade é notório que :

[...] a Educação Comparada se veja fortemente condicionada pelos interesses pragmatistas e imediatistas das entidades que dirigem as políticas educativas e que isso suscite alguma reação dos que recusam aceitar que ela se circunscreva a uma ação meramente técnica e desejam que ela enverede por caminhos mais críticos e reflexivos. (FERREIRA, 2008, p. 126)

Inferimos, pelos estudos realizados, ser este um impasse que persiste desde a origem da Educação Comparada. No Século XIX e início do Século XX, os estudos comparados focavam em investigações dos sistemas educacionais para fins de reformas educativas que tinham como metas reverenciar os indicadores do progresso dos sistemas educativos europeus e americano, pois, consideravam ser a escola o melhor indicador do caminho do desenvolvimento desses países.

Assim, os estudos comparados tinha como foco demonstrar a garantia de eficiência de um determinado sistema educativo de um país rico, colonizador, que quando adotado por outro país poderia colocá-lo a caminhar essa mesma trajetória de desenvolvimento econômico e social. Porém, evoluindo em suas investigações comparatistas, Michael Sadler e James E. Russel postulavam a importância dos estudos comparados compreenderem as especificidades dos contextos sociais o qual estavam inseridos os sistemas educacionais de cada país. Ressaltando, nessa ótica as diferenças e semelhanças dos grupos sociais e culturais levando em consideração nas interpretações dos dados a língua, a raça e a nacionalidade.

- Evolução e conceitos históricos

Na compreensão de Ferreira (2008) podemos definir os períodos da Educação Comparada a partir das concepções dos comparatistas que se destacaram em seus princípios como Schneider , Bereday, Vexliard, Noah e Eckestein.

- Friedrich Schneider (1966) divide a evolução da Educação Comparada em dois períodos: a pedagogia do estrangeiro que caracteriza se pelo produto de viagens de estudo ao estrangeiro realizadas por pedagogos e políticos que observavam os sistemas educativos de outros países e eventualmente elaboravam as comparações com os sistema escolares dos seus próprios países. No segundo período, é considerado por Educação Comparada propriamente dita, pois os estudos tendem a buscar explicação dos fatos pedagógicos na tentativa de explicitar as forças que o determinam.
- Bereday (1972) classifica a Educação Comparada em três períodos: empréstimos, predição e análise. O período de empréstimo é considerado pelo momento em que são feitas as catalogações de dados educacionais descritivos, que após serem comparados entre si, as melhores práticas educativas são avaliadas para serem transpostas para outros países. O período de predição ocupou a primeira metade do Século XX [...] porque o fim do estudo comparativo já não era, primariamente, tomar emprestado o sistema de educação, mas predizer-lhe o sucesso provável num país à base da observação dos precedentes e de experiências semelhantes de outros países. (BEREDAY, 1972, p.25). Nessa linha de pensamento, seu precursor Michael Sadler introduz a ideia que o sistema educativo não é parte separável da sociedade que lhe serve de base. No período da análise a preocupação central é “criar a unidade do mundo”, ou seja, desenvolver teorias e métodos estabelecendo uma transparente formulação das etapas, dos processos e dos mecanismos comparativos para facilitar o alargamento da visão e unificação dos demais sistemas educativos no mundo.
- Alexandre Vexliard (1970) considerada quatro períodos para a evolução da Educação Comparada, primeiro período é representada pela obra Esquisse, de Marc-Antoine Jullien de Paris, em 1817, onde encontram-se os princípios da

“arquiteturais” e metodológicos dos estudos comparativos. O período dos inquiridores (1830-1914) compreende o momento em que os países enviavam seus inquiridores para percorrerem a Europa e EUA para estudarem os sistemas educacionais vigentes desses países. O terceiro período é denominado de sistematizações teóricas (1920-1940), que foi marcado pelos trabalhos de Kendel, Schneider, Kans entre outros estudiosos. Compreendido por um período marcado por uma preocupação histórica, que almeja interpretar o surgimento dos sistemas de ensino e sua inter-relação como meio social em que se é constituído. Vexliard (1970) é considerado prospectivo, pois se preocupa com o futuro da educação e dos sistemas educacionais.

- Noah e Eckstein (1970) dividem a Educação Comparada em cinco períodos, que são elencados por motivações específicas e por tipos diferenciados de estudos comparativos. Vejamos primeiramente o período dos viajantes que era caracterizado por trabalhos assistemáticos, impulsionados pela curiosidade; sendo os estudos relacionados com interpretações subjetivas, sem relatos planejados baseados apenas em fatos considerados inusitados ou diferentes em relação ao que ocorria em suas realidades. No segundo período, no Século XIX é também classificado por período dos inquiridores no qual observadores ao se deslocarem para outros países tinham como objetivos além de recolherem os dados de outros países de seus sistemas educacionais na visão de Noah e Eckstein, também usava-os como parâmetros para melhoria dos seus próprios sistemas escolares. O terceiro período é compreendido pelos respectivos autores como o período da colaboração internacional, onde o intercâmbio cultural é estimulado, sendo que a educação passa a ser sinônimo de instrumento harmônico e entendimento entre os povos e nações. No quarto período, entre as primeiras e segunda guerras mundiais, os estudos comparados são denominados de “forças e fatores” tentam compreender as relações escola e sociedade, onde os fenômenos educativos são analisados à luz da abordagem histórico-culturalista. Destacamos que a preocupação dos comparatistas pela história caracteriza-se pela tentativa de explicar as transformações dos sistemas educacionais a partir de mudanças no passado e remoto e recente. Noah e Eckstein consideram como quinto e último período o momento em que as Ciências Sociais entram em cena nos estudos comparados, nas análises dos dados desses estudos, onde os trabalhos recorrem aos métodos empírico-

quantitativos na busca e esclarecimentos científicos para o entendimento das relações entre a educação e a sociedade, é considerado o momento em que os estudos comparados produzem dados e análises estatísticas sobre os sistemas educacionais.

Percebemos, dentro dessa lógica, que ao longo da evolução histórica da Educação Comparada houve oscilações metodológicas para atender determinadas demandas dos estudos que ora oscilavam para análises conceituais que integravam diversos repertórios metodológicos advindos de vários campos disciplinares de cada área da ciência. As preocupações se alternam e aprofundam-se as reflexões ao longo do tempo, passando de uma etapa assistemática mais focada nos empréstimos de experiência ou troca por parte dos viajantes e adentrando paulatinamente por etapas e momentos de estudos comparados onde se estabelece críticas, busca de explicações das realidades locais e dos contextos dos fenômenos para elaboração de uma comparação mais elaborada e analítica.

- Educação Comparada: sua criação

A Educação Comparada tem seus primeiros trabalhos sistematizados no Século XIX, sendo que sua evolução foi se constituindo dinamicamente ao longo do tempo e pelo esforço dos seus estudiosos na compreensão e análise interpretativa dos estudos comparados, portanto, não se trata de algo definido e hermético.

Seus primeiros levantamentos sistemáticos foi com Marc-Antoine Julien, em 1817, com a obra *Equise et vues préliminaires d'un ouvrage sur l'Education Compare*. Para Ferreira (2008) Julien

[...] simplesmente procurou introduzir a comparação na abordagem da educação, sendo ele quem pela primeira vez e em um título, utiliza o termo educação comparada preocupando em traçar linhas para um estudo que conduzia a uma obra sobre a educação comparada. (FERREIRA, 2008, p. 128)

Nessa ótica de Ferreira (2008), a Educação Comparada enunciada por Julien, sugere a criação de uma comissão para compilar dados e analisá-los para em seguida obter quadros comparativos que, por sua vez, permitiriam balizar os sistemas educacionais de diferentes países do continente europeu. Julien “valorizava os questionários ao considerá-los como verdadeiros instrumentos de trabalho para análise dos estudos comparados em educação”. (FERREIRA, 2008, p. 129)

Muitos estudos comparados realizados no Século XIX, tinham uma abordagem descritiva para análise dos dados tendo como objetivo único a descrição da organização dos sistemas educacionais dos países pra fins de importar os aspectos que eram considerados capazes de trazer melhorias. Nesse contexto, estudiosos comparatistas como Thiersch (1838) e Arnold (1861) já advertiam para a necessidade de se considerar nesses estudos comparados os contextos que os fenômenos educacionais aconteciam e não simplesmente na preocupação na descrição dos fatos e situações encontradas em cada nação para imitação, isolando-os dos aspectos reais dos seus acontecimentos .

Para Ferreira (2008) esse momento já anunciava indícios de que simplesmente descrever fatos nos estudos comparados não são suficientes para a compreensão das questões que perpassam pelos sistemas educacionais. Em 1900, a Educação Comparada se alavanca tendo como marco a realização do Curso Universitário da Educação Comparada na Universidade de Columbia, onde James Russel pronuncia sobre a necessidade de que as abordagens dos sistemas educativos sejam sempre efetivadas considerando a estreita relação com as condições socioculturais das sociedades em que se inserem.

Corroborando, nessa linha de pensamento, Michael Sadler também se pronuncia sobre a necessidade dos estudos considerarem o contexto social de cada sistema educacional. Sendo que, para Sadler o que está no entorno, fora da escola são mais importantes que aquelas que se encontram dentro dela. Portanto, esse é um período em que os comparatistas buscam compreender os fatos e as forças que os determinam e os condicionam indagando as causas e buscando interpretá-las.

- Vertentes de Análises Interpretativas dos estudos

Nos estudos comparados, segundo Marquez (1972) podemos considerar as seguintes tendências que são utilizadas no período de interpretação: interpretativo-histórica, interpretativo-antropológica, interpretativo-filosófica considerando a pertinência que cada ciência tem para contribuir criticamente nos estudos.

No Século XX num contexto pós- guerra e implementação de políticas desenvolvimentistas tendo como foco a globalização, na tentativa de renovação dos estudos comparados, diversificam-se as abordagens onde os estudos ressaltam as análises em que os estudiosos buscam-se ancorar nas abordagens positivista, na

resolução de problemas, na crítica e na sócio-histórica, conforme a formação científica e ideológica do investigador e os interesses da investigação.

Para Franco (2000) “a discussão dos estudos comparados tem diversas vertentes de análise”, sendo fundamental conhecer e assumir as categorias que permitem fazer esses estudos. Assim, não basta em estudos comparados somente relacionar o que aconteceu ou o que acontece, faz-se necessário explicitar o que está no obscuro, no particular dos processos, dos fatos e dos fenômenos. Portanto, “... o objetivo último da Educação Comparada não é encontrar semelhanças ou diferenças, mas o de encontrar sentidos para os processos educacionais”. (FERREIRA, 2008, p. 136)

Nessa esteira, entendemos que cada país tem as suas particularidades e tratam diferentemente seus assuntos educacionais, sendo que as dinâmicas internas dos fatos, sua organização e funcionamento divergem. Assim, nos estudos comparados torna-se imprescindível, nessa perspectiva, pensar as análises dos dados a partir de questionamentos sistemáticos, persistentes e críticos que conduzam a olhares inquietos e minuciosos, pois os dados não falam por si só. O implícito, então, torna-se cada vez mais infinito, necessário e particular.

Ainda, Franco (2000) “a investigação comparativa deve partir para a compreensão, interpretando, indagando e construindo fatos e não restringir-se a descrevê-los, ou usá-los como modelo”. Nessa linha, representando a abordagem sócio-histórica para interpretação dos dados dos estudos comparados, Nóvoa (2009, p. 49) também ressalta que deve-se propor “uma reformulação no estudo de comparação passando da análise dos fatos para a análise dos sentidos histórico dos fatos”.

Então, evidencia-se a necessidade de compreender a natureza subjetiva da realidade e o sentido que lhe é atribuído pelos diferentes sujeitos envolvidos no interior de cada processo. Franco (2000) nos faz uma argumentação importante quando considera que:

O princípio da comparação é a questão do outro, o reconhecimento do outro e de si mesmo através do outro. A comparação é um processo de perceber as diferenças e semelhanças e de assumir valores nesta relação de reconhecimento de si próprio e do outro”. (FRANCO, 2000, p. 200)

Portanto, cabe ao investigador entender o objeto de estudo dentro da sua racionalidade, buscando uma relativização de posições onde os estudos comparados transformam-se

em “um espelho onde o observador se veja refletido nos traços comuns e se reconhece nas diferenças”. (FRANCO, 2000, p.203)

A abordagem de interpretação de dados baseados na resolução de problemas é uma tendência que é representada por Holmes (1965), e firmou sua cientificidade e utilidade por partir seu precursor de estudos comparados dos problemas educativos específicos de diferentes sociedades, buscando encontrar soluções que lhes fossem mais convenientes. A ênfase é marcadamente positivista e recebe influências de Dewey e Popper. (NÓVOA, 2009). Nessa abordagem Ferreira (2008) ressalta que “a unidade de comparação não é mais definida em termos de espaço, o que se pretende é identificar problemas pertinentes e submetê-los a estruturas racionais que pudessem levar à sua solução”.

Ao analisar a abordagem positivista nos estudos comparados, inferimos que limitando à descrição dos fatos essa referida abordagem não compreende a dimensão dos fatos sem buscar explicá-los, é operatória apresentando-se como científica. Para Lê Thanh Khôi (1981) ela “limita-se a descrição e à verificação da função das partes no seio do todos sem abordar em algum momento em algum momento o sentido da organização, seu desenvolvimento, sua história”. (LÊ THANH KHOI, 1981, apud, FERREIRA, 2008, p. 133)

Porém, saindo em defesa dessa abordagem, Kasamias (1965, apud, FERREIRA, 2008, p. 133) comenta que a Educação Comparada devia adotar uma base científica: “estudos deveriam ter objetividade utilizando o método funcionalista e as técnicas de covariações”. Para esse autor (1965) o objetivo maior na utilização dessa abordagem era o de “fornecer um quadro interpretativo mais fiável”.

Os estudiosos que buscam interpretar seus estudos comparados nessa abordagem, estão preocupados como o rigor do método comparativo, enfatizando a “cientificidade”, pois, compreendem ser dessa forma a melhor maneira de dissimular as dimensões ideológicas deste enquadramento teórico que nega os conflitos sociais no seio da educação. (NÓVOA, 1988, p.71 apud, FERREIRA, 2008, p. 133)

O modelo empírico-quantitativo em Educação Comparada designado de científico por Noah e Eckstein tem como proposta uma análise científica com o objetivo de formular e comprovar hipóteses, quantificar e controlar a investigação para alcançar um nível

explicativo com rigor que estabeleça as devidas relações entre os fenômenos da educação e da sociedade.

Nesse sentido, Nóvoa (2009) comenta:

[...] o nível de conceitualização é relativamente fraco, dado que a teoria desempenha um papel instrumental. Em vez disso, tais autores estão sempre acentuando a questão da transferência “metodológica”, quer dizer, à possibilidade de transferir de um contexto para o outro formas de abordar um mesmo problema. Apesar das preocupações tomadas, esta estratégia tende a “tornar iguais” problemas diferentes, em virtude dos diferentes contextos”. (NÓVOA, 2009, p. 42)

Conforme mencionado anteriormente, pensar a educação como âncora para promover o desenvolvimento da sociedade é a concepção que permeia o paradigma da modernidade e da globalização, sendo assim, os estudos comparados que, tem como vertente a análise dos dados pela abordagem positivista entendem ser o procedimento adequado buscar isolar elementos dos sistemas escolares para fins de estudo, pois, através desse procedimento propõe-se a classificar as tipologias destinadas a orientar e balizar as políticas públicas do país. Explica-se, assim, a ênfase por estudos comparados marcados por dados estatísticos, quantitativo e correlacionais.

A abordagem crítica representada por Martin Carnoy (1974, apud, FERREIRA, 2008, p.134) apoia seus estudos em uma série de investigação que utilizam como metodologia estudos de caso onde procurou-se analisar “as bases estruturais da desigualdade educacional”. A partir de reflexões críticas, renova-se o objeto de estudo da comparação onde se pensa nos sujeitos que frequentam o espaço escolar, mas, também sobre as diferenças, as oportunidades, as minorias étnicas, raciais e de gênero. Não se trata apenas de comparar sistemas educacionais de cada país, outrossim, inova ao comparar a experiência de mulheres, negros, índios, ou seja “diferentes estratos sociais e suas relações com a educação”. (Ferreira, 2008)

- A Questão do Método da Educação Comparada

Ao estudarmos a Educação Comparada podemos concluir que ao longo da sua evolução houve uma constante busca pelo aperfeiçoamento da metodologia e de recursos metodológicos que pudessem demonstrar eficácia adequando-os a natureza do objeto estudado e à sua diversificação.

Para Ferreira (2008) a Educação Comparada não pode se comprometer com exclusivamente “uma metodologia ou técnica específica”, mas entende-se ser relevante

que os comparatistas, em seus estudos; busquem ancorar seus conhecimentos na interação com outros domínios científicos.

Autores como Garcia (1986), Noah e Eckstein (1970) e Ferreira (2001) delimitam fases para a investigação com uso do método comparativo. Entretanto, vamos nesse estudo focarmos nas fases propostas por Ferreira (2001) que delimita primeiramente a fase pré-descritiva onde pra esse autor (2001) é preciso especial atenção na identificação do problema, sendo conveniente a aproximação do pesquisador com o problema para fins de estabelecer relações entre os diferentes fatores que o implicam e conhecer de fato se há necessidade de estudá-lo na esfera da comparação.

Em seguida, sugere que se delimite o objeto de estudo, sendo que “quanto maior a amplitude tenha o campo de estudo maior será a dificuldade para os estudos comparativos”. (Ferreira, 2001, p, 23) Definindo concretamente sobre o que incidirá o estudo, parte-se para o conjunto das pré-hipóteses que servirá de parâmetros orientadores para a recolha dos dados, sendo considerado também importante, que se delimitem os conceitos e a área do estudo.

A delimitação para Ferreira (2001, p, 23), tem como “objetivo definir exatamente o que se quer comparar, onde, como e com que instrumentos”, ou seja a “delimitação deve incidir tanto sobre o objeto como sobre a metodologia”. Então, o procedimento de delimitação dos conceitos conduz o investigador comparativo a indagar sobre os termos e averiguação se correspondem à realidade que os associa. Esse autor (2001), também pontua sobre a necessidade de verificar se há suficientes fontes documentais, qual a qualidade e o tipo de informação, questionando se há necessidade de observações diretas.

Ferreira (2001, p. 24) pontua que “mesmo com todas essas precauções iniciais não evitam que surjam situações imprevistas que impliquem em uma revisão dos recursos metodológicos”. A complexidade que envolve os estudos em Educação Comparada requer dos estudiosos que haja um envolvimento nas áreas das diversas ciências como a Filosofia, a História e as Ciências Sociais. Para corroborar com este pensamento Ferreira (2008) comenta:

[...] a Educação Comparada não pode deixar de inclinar-se para abordagens plurimetodológicas, o que não significa que a credibilidade de qualquer estudo

esteja dependente da utilização de diversas metodologias e técnicas.”(FERREIRA, 2008, p. 136)

Em outras palavras, entendemos ser necessário estabelecer-se o diálogo e a interação com trabalhos que são produzidos sob diferentes enfoques metodológicos, pois ao alargar o espectro metodológico poderemos ter maior consistência na análise dos dados. Os instrumentos para coleta de dados mais usualmente empregados nos estudos comparados são os questionários, as entrevistas, testes e observações diretas, sendo que é imprescindível, nessa escolha, considerar o objeto a ser estudado.

A fase descritiva dos estudos, segundo Ferreira (2001) é a mais longa e é caracterizada pela recolha e apresentação dos dados que deve ser acompanhada de reflexões e devidas interpretações sobre a necessidade de utilização de dados sob a perspectiva quantitativa e qualitativa. Para Ferreira (2008, p.136) “a combinação das abordagens quantitativa e qualitativa é a que permite obter explicações mais consistentes. Neste momento é importante que o pesquisador ao analisar os dados tenha prudência para que não haja a universalização dos conceitos sem observar o necessário cuidado analítico que possa relacioná-los aos seus contextos. Assim, “as afirmações, os argumentos, os números, as estruturas, não são tão óbvias quanto parecem. O visível e o explícito é só uma parte da realidade.” (FERREIRA, 2008, P. 136)

A fase descritivo-analítico é considerado o momento nos estudos comparados em que se apresenta as conclusões da investigação que deve ser organizado de forma descritiva clara e concisa. Então, na fase comparativa parte-se a partir das conclusões analíticas realizadas e avança-se para o estudo comparado com a formulação das hipóteses comparativas. Com a justaposição de dados e conclusões, segundo Ferreira (2001) pode-se propiciar instrumentos que permitam confrontar os dados, confirmando ou refutando as hipóteses.

Nesse momento do estudo, o investigador avança na abordagem comparativa sintética, articulada e globalizante, sendo que sua formação científica e ideológica se revela como fundamental. Ferreira (2008) aborda sobre a necessidade de entendermos que a Educação Comparada não pode só relacionar o que aconteceu. O seu objetivo último não deve ser o de encontrar semelhanças e diferenças, mas, o de encontrar sentido para os processos educacionais”.(FERREIRA,2008, p. 136)

Inferimos nesse estudo que quando se trata de estudos comparados, o problema fundamental é a relação entre o particular e o geral, sendo que o objeto de estudo precisa ser pensado em seu contexto sociocultural, político e econômico que o determina, ou seja, vê-lo nas suas relações com outros sujeitos sociais envolvidos no processo.

Para completar nosso pensamento reportamos a Franco (2000) que argumenta:

Podemos assim chegar a construir o objeto científico no âmbito do particular pra o geral, mas nunca como objeto isolado, separado daquilo que lhe dá significado, a totalidade social que é o conjunto de relações onde ele se situa em um tempo e espaços determinados, e que constitui sua particularidade histórica”. (FRANCO, 2000, p. 208)

Estudando a constituição da Educação Comparada, sua evolução histórica e seus conceitos teóricos-metodológicos, entendemos que não podemos usar modelos de sistemas educacionais de países ou regiões distintas para fazermos comparações entre eles. Faz-se necessário, pensar e refletir sistematicamente os fenômenos educativos em suas dinâmicas e suas complexidades sociais considerando suas reciprocidades e especificidades que lhe são únicas e próprias.

- Considerações

Neste trabalho buscamos construir um estudo reflexivo sobre a educação comparada, sua evolução histórica e suas questões teórico-metodológicas, partindo das abordagens dos principais autores que a constituíram e a constituem enquanto campo de pesquisa científica para os estudos comparados dos sistemas educacionais.

Uma série de estudos comparados estão sendo desenvolvidos pelos organismos nacionais e internacionais, como referência citamos estudos desenvolvidos pelo Banco Mundial, pela UNESCO, INEP, com uma tendência mais técnica que teórica usados como balizadores de políticas públicas. A preponderância dos debates que circundam a Educação Comparada perpassa pela metodologia dos estudos, pelas conclusões analíticas pluridisciplinar e multifacetado que, por consequência atrai para si a contribuição de várias áreas da ciência e pela compreensão e interpretação conceitual do “outro”.

Todavia, por esse viés, inferimos que as questões suscitadas nos estudos comparados, não podem ser reduzidas a um conjunto de variáveis que simplesmente se relacionam,

urge a necessidade, sobretudo, que se busque uma lógica própria de conclusões analíticas pensando as relações que o determinam, suas singularidades, as relações sociais, culturais, políticas e econômicas que ressignificam seu objeto de estudo historicamente.

A Educação Comparada, portanto, apresenta-se como um campo complexo, perpassado pela dificuldade de suas conclusões analíticas, tendo em vista ser o estudo dos sistemas educativos permeados por diversos contextos que o constitui nas suas singularidades específicas. Nesse contexto, as abordagens pluridisciplinares se interrelacionam e precisam se dialogar num dinamismo constante com objetivo único de elucidar questões nos diversos campos da ciência da educação.

Por isso, essa necessidade de se estabelecer um intercâmbio com os diversos segmentos da sociedade, onde se considere tanto questões ideológicas como questões tecnológicas, sociais, culturais e políticas. Seu método é a comparação “seu saber resulta da interpretação, através da comparação, da educação em seus múltiplos aspectos, situados em contextos diferentes.”(FERREIRA, 2008, p. 135)

Sendo seu objeto de estudo marcado notadamente pelo percurso histórico e pelo contexto sociocultural em que se está inserido, torna-se importante que as conclusões analíticas sejam conduzidas num processo dinâmico e crítico de forma a contribuir com melhorias nos sistemas educacionais e como consequência na produção e construção de um saber sistematizado e interessante que busque atender às demandas das escolas na sociedade contemporânea.

Pensando na perspectiva do objeto de estudo da Educação Comparada, concluímos com a argumentação de Nóvoa (2009, p. 24) “[...] o outro é a razão de ser da educação comparada: o outro que serve de modelo ou de referência, que legitima as ações ou que impõe silêncios, que se imita ou que se coloniza.” Sendo assim, a Educação Comparada precisa dar sentido às suas conclusões analíticas ao pensar as identidades locais, as representações singulares e particulares determinadas pelas crenças, pela língua e também pelas tradições para que esse conhecimento possibilite caminhar na construção de políticas públicas educacionais mais consistentes e que atentem às reais melhorias no ensino e na aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BEREDAY, G.Z.F. **Método comparado em educação**. São Paulo: Ed. Nacional, 1972

FERREIRA, A.G. **Elementos fundamentais para compreensão do estudo da educação comparada**. Diálogos em Educação. no. 2, Universidade de Coimbra, 2001

FERREIRA, A.G. **O sentido da Educação Comparada**: uma compreensão sobre a construção de uma identidade. Educação, Porto Alegre, v. 31, no. 2, p.124-138, maio/ago. 2008.

FRANCO, M.C. **Quando nós somos o outro**: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. Educação & Sociedade, ano XXI, no. 72, p. 197-230, ago/2000

MÁRQUEZ, A.D. **Educación comparada**: teoría y metodología. Buenos Aires, Argentina: El Ateneo, 1972

NÓVOA, A. Modelos de análise em educação comparada: o campo e o mapa. In: MARTINEZ, S.A.; SOUZA, D.B. (Org.) **Educação Comparada**: rotas de além-mar. São Paulo: Xamã, 2009, p. 23-62